

O SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA E A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA*

*João Gilberto Lucas Coelho***

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha opinião a respeito do Brasil e do projeto nacional nas últimas décadas. Acho que a situação do Brasil é muito mais grave estruturalmente do que nós habitualmente nos damos conta. O Brasil não possui mais uma única sociedade nacional, e aí reside a base do problema. Estou falando em sociedade: um conjunto de classes, com as suas crises, com dominação, com classe dirigente e dirigida, etc. Não há mais uma sociedade brasileira. Nós temos, no Brasil, hoje, pelo menos três sociedades muito demarcadas e muito diferentes, cada uma com elites e não-elites. Há, pelo menos, uma sociedade moderna, uma sociedade atrasada e uma sociedade marginal. A moderna, que no campo tecnológico é evoluída, mas que no campo das relações sociais não o é. Por exemplo, os trabalhadores são altamente organizados, mas para ela não precisaria haver regulamentações. Ela tem um papel de força nas negociações, dando um patamar de igualdade. Há a sociedade atrasada, que é muito atrasada, um pouco mais que pós-feudal, onde a intervenção do Estado tem que ser muito grande, inclusive na regulamentação. Há que lembrar as 42 horas que a Constituição fixou de jornada de trabalho. Para a sociedade moderna, não seria necessário fixar: nós já conquistamos menos do que isso. Para a sociedade atrasada era uma meta quase impossível de ser cumprida. Mas o que mais me preocupa ainda é a terceira sociedade, que é a sociedade marginal. Marginal aqui não quer dizer pobre, miserável; marginal quer dizer, aqui, uma sociedade que está à margem de tudo que é estatal, legal, constitucional; que tem seus próprios regulamentos. Essa é uma sociedade muito complexa e muito ampla: a sociedade do tráfico, a sociedade do bicho, a sociedade do garimpo, a sociedade da economia informal em algumas parcelas dela e assim por diante; com relações completamente atípicas, onde os instrumentos de Estado, os instrumentos de grande regulamentação, até mesmo os constitucionais, não chegam. E é uma sociedade cada vez mais forte; os acontecimentos recentes estão revelando isso. E aí é que está a questão do projeto nacional. Nós não temos um projeto nacional, e ninguém tem no Brasil hoje. Porque os projetos nacionais que estão por aí, das elites e das não-elites, falam para uma ou, no máximo, para duas sociedades. Nunca conseguem falar para todas as sociedades. E essa é uma questão crucial do ponto de vista da sobrevivência do Brasil como País, como Nação, como Estado. A Igreja, por exemplo, na sua parte progressista, fala para a sociedade atrasada. Não

* Transcrição da palestra proferida na Jornada de Estudos FEE/NEI.

** Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul.

consegue incluir no seu projeto a sociedade avançada. Muitas políticas governamentais falam só para a sociedade moderna, avançada, não conseguem provocar nenhum efeito nas outras duas sociedades. Os programas partidários ora vão para um lado, ora vão para o outro. A Constituição é um conjunto de incoerências exatamente por causa disso: às vezes ela se dirigiu para uma sociedade e não conseguiu atingir as outras; às vezes ela foi orientada para outra sociedade e não conseguiu atingir as demais. Essa é uma questão crucial, é o nó que ninguém desata. Gostei de uma declaração recente do Presidente em exercício, em que ele disse: "A modernidade tem que compreender a questão mais ampla". Ele já não fala da sociedade atrasada, mas da questão social. É um olhar com, pelo menos, intenções de falar à Bélgica e ao Congo ao mesmo tempo. É o que nós precisamos hoje falar. Mas temos, nas últimas décadas, uma incapacidade de ter um projeto nacional. Para mim, não é uma incapacidade pura e simples das elites, das não-elites, dos movimentos sociais, dos partidos políticos. É uma incapacidade por uma razão muito grave, que é a razão de ter que existir um projeto nacional que compreenda três sociedades muito diferentes, e com a complexidade de relações internas e de conflitos internos que cada sociedade tem e que são diferentes de uma sociedade para outra. Então, os interesses da elite de uma das sociedades não são os mesmos interesses da elite de outra sociedade. Os interesses da não-elite de uma das sociedades não são exatamente os mesmos interesses da de outra sociedade. Essa é a questão crucial na busca de um projeto nacional.

Agora, vamos para o tema que nos traz aqui hoje. Gostaria de me reportar a algumas pequenas questões a respeito do sistema nacional de pesquisa. Primeiro, de que andamos muito no Brasil, especialmente na formação de recursos humanos, mas também na construção, ao longo de décadas, de uma certa base tecnológica através de institutos, centros, etc. Segundo, que uma revisão se impõe, já que foi um andar muitas vezes sem um grande projeto. Um andar que, do ponto de vista das universidades, que tiveram uma influência muito grande, talvez comandando politicamente esse processo, é um andar baseado na liberdade acadêmica. Ora, a liberdade acadêmica é fundamental, mas ela não pode ser parâmetro para financiamento estatal. Isso é outra coisa. Quer dizer, eu sou professor universitário, tenho a minha liberdade de cátedra. Isso é fundamental em qualquer sociedade do Mundo. Outra coisa é que, por causa da minha liberdade de cátedra, o Estado, a organização pública, tenha que investir não sei quantos milhões na minha pesquisa. Isso é bem diferente. Esse dilema existe nos EUA. Li um relatório do Senado norte-americano, crítico ao sistema de pesquisa dos EUA. Eles fizeram muito barulho sobre algumas questões, como o financiamento público a uma pesquisa de comportamento sexual acima dos cinco mil metros, onde o pessoal foi para um prostíbulo nos Andes durante dois anos. Sem dúvida que pesquisar a asa do mosquito que só existe no Himalaia não é uma pesquisa que o Brasil tenha que bancar com recursos públicos. Se não tem o mosquito aqui, se ele não vai nos incomodar, por que nós temos que pesquisar a asa dele lá no Himalaia? Nós não estamos em condições, como país em desenvolvimento, de bancar esse tipo de investimento. E isso tem que ser conscientizado pela comunidade de pesquisadores. Nós enfrentamos muita resistência na chamada comunidade científica, que contrapõe sempre a questão da liberdade de conhecer e da liberdade de ensinar, o que é bem diferente do compromisso do Estado de bancar, com os recursos da população, com recursos escassos em momento emergencial, qualquer tipo de idéia que eu, indivíduo e pesquisador, tiver. A construção do sistema brasileiro não admitiu essas prioridades ao longo de um bom tempo, e isso prejudicou bastante.

Como novas tendências, nós podemos indicar algumas coisas interessantes. Uma é que o setor privado, que participa tão pouco, vem aumentando a sua preocupação com pesquisa, com ciência e tecnologia. Nós temos aí tantas coisas boas acontecendo no setor privado, empresas que já têm seus próprios centros de pesquisa, organizações de empresas que criam instituições tecnológicas, etc. A outra é que houve uma priorização em busca da pesquisa aplicada. Veja, priorizar não é excluir. Nós cometeremos o mesmo erro, repetiremos o erro na outra ponta, se excluirmos o financiamento da pesquisa básica. Não podemos excluir. O exemplo que o Enéas deu é significativo. A IBM tem um percentual obrigatório no custo da pesquisa para a pesquisa básica nos EUA, no Brasil e em outros países onde ela realiza pesquisa. Tem um percentual definido na estratégia da empresa, e ela é uma empresa. Nós temos que assegurar uma parte dos recursos para pesquisa básica. Não há dúvida sobre isso. Agora, isto não pode ser a quase-totalidade dos recursos ou dois terços dos recursos, como foi a média histórica no Brasil. Nós precisamos, neste momento, ter uma maioria de recursos alocada em pesquisa aplicada e em pesquisa de resultados sociais, econômicos, culturais sobre a realidade brasileira. Eu faço uma brincadeira, que é muito provocativa, de dizer que uma das pesquisas mais bem-sucedidas no Brasil, uma das tecnologias mais bem-sucedidas no Brasil, é a do soro caseiro, porque, concretamente, reduziu a mortalidade infantil. As estatísticas estão aí, inclusive em áreas muito pobres. Mas o que houve com o soro caseiro? O que houve com o soro caseiro foi uma santa aliança entre a Rede Globo, a CNBB, o UNICEF e o movimento social para socializar uma tecnologia que algumas pessoas conheciam, e era uma tecnologia muito simples. A socialização maciça é que deu esse ganho, como aconteceria se nós conseguíssemos socializar da mesma maneira a alimentação alternativa, que alguns grupos sociais já praticam hoje. Em algumas áreas, já se pratica o melhor aproveitamento de componentes nutricionais que, geralmente, por uma questão cultural, as pessoas jogam fora e que, na faixa da população que passa fome, seriam fundamentais.

Lembro esse exemplo para dizer que a outra coisa em que o nosso sistema tem falhado se chama transferência de tecnologia. Eu não tenho dúvida de que a maior parte dos problemas que as pessoas simples têm no campo da saúde, da moradia, etc. tem tecnologia disponível para resolvê-los em algum centro de pesquisa no Brasil. Mas não é só isso. Para a maior parte dos problemas tecnológicos de uma empresa há tecnologia disponível em algum ponto no Brasil, só que não há acesso. Esse fato é crucial. Acho que nós não fomos suficientemente felizes em políticas que permitam essa rápida transferência da tecnologia. Há um estoque de tecnologia na pesquisa brasileira ainda indisponível para quem dela precisaria, o que é muito grave, isso se chama extensão. Na área rural, temos belos trabalhos da EMATER. Em outras áreas, temos alguns trabalhos extencionistas, mas eles não são suficientes. Não há o acesso de quem necessita manipular uma tecnologia a essa tecnologia. Esse é um estrangulamento extraordinário. E eu diria que o sistema científico-tecnológico do Brasil foi montado para não transferi-lo, salvo algumas faixas desse sistema. Foi montado para fazer; transferir é uma outra questão. Acho que se deveria aplicar em pesquisa aquilo que a Constituição aplica para a Universidade, quando diz que são indissociáveis ensino, pesquisa e extensão. Eu falaria não para a Universidade como um complexo que parte do ensino, mas para o pesquisar em geral, pesquisa e extensão são indissociáveis, sim. A pesquisa só completa o seu ciclo quando o uso do seu resultado está disponível para aquele setor, segmento ou para todos que dela necessitam, para toda a população. Essa questão da efetiva transferência tecnológica é grave no setor produtivo e é grave do ponto de vista social.

A outra questão é a de recursos. É uma questão crucial. Nós tivemos nos últimos anos uma crise de recursos. Dados da própria Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República mostram, por exemplo, que a participação de ciência e tecnologia nos gastos da União, que chegou a 4,5% da receita arrecadada ao longo de algum tempo, caiu, em 1991, para 2,59% da receita arrecadada. Portanto, tivemos uma queda concreta nos gastos efetivos da União com ciência e tecnologia e com pesquisa. Esses gastos, naturalmente, não são só de fomento. São gastos para manter instituições, 31% dos recursos de ciência e tecnologia. O próprio fomento representa 70%. Mas no sistema de pesquisa isso é grave, uma vez que a maior parte dos recursos são transferidos. Aí não está o pessoal das universidades, que está dentro do Ministério da Educação. Portanto, o gasto de pessoal ainda é muito significativo nessa distribuição de recursos específicos de ciência e tecnologia. E os recursos tornaram-se muito escassos. O ano de 1991 foi muito grave; os dados que expomos são de 1991. Mas podemos tranqüilamente dizer que 1992 está sendo pior.

Diante desse aspecto, gostaria de colocar a realidade do Rio Grande do Sul. Na verdade, nós tivemos, da nova Constituição Federal para cá, um maior ingresso das unidades federadas no fomento à pesquisa, seguindo, em grande parte, o modelo paulista muito bem-sucedido, baseado na vinculação orçamentária à FAPESP (a fundação de fomento), que foi de 1%. Quase todos os estados-membros da federação brasileira fizeram vinculações na área de fomento à pesquisa. No caso do Rio Grande do Sul, onde a nossa instituição de fomento era bem mais antiga (foi criada em 1965), tivemos a vinculação de 1,5% da receita líquida. Essa vinculação não vem sendo cumprida ao pé da letra, mas o fato de ela existir representou uma alavancagem muito grande no fomento, no Rio Grande do Sul. A FAPERGS tinha, antes de 1990, verbas orçamentárias muitíssimo discretas, e sua presença no incentivo à pesquisa também era discretíssima. A partir de julho de 1990, quando foi feita a lei regulamentadora, ela passou a ter um volume muito significativo de recursos em termos de Rio Grande do Sul. Em 1991, recebeu e transferiu o equivalente a US\$ 5 milhões, e também passou por uma reestruturação generalizada: da forma de promover a pesquisa, de programas, de prioridades e de editais por área. Entre os programas, está o de interação entre instituições de pesquisa e instituições de produção, empresas, cooperativas, etc. Investimos, entre novembro de 1991 e fevereiro deste ano, Cr\$ 1 bilhão no primeiro edital. O segundo grande edital será lançado no dia 12 de novembro e prevê Cr\$ 16 bilhões para projetos que signifiquem parceria obrigatória e investimentos do setor produtivo. Para habilitar-se ao edital, o setor produtivo tem que dar uma parte do financiamento. Também vamos lançar, no dia 12 de novembro, o programa de 1993, que é um projeto que tem áreas prioritárias. As áreas consideradas estratégicas para o Rio Grande do Sul, nesse primeiro ano do fomento por grandes editais, são as de biotecnologia, engenharia química, agropecuária e agroindústria, mecânica, saúde, educação. São áreas que percorrem, portanto, tanto a alavancagem de produção como o atendimento da pesquisa, questões cruciais do ponto de vista social. Permanecem os grandes editais variados, generalizados, com uma parte dos recursos, e a outra parte vai para uma conta de financiamento direto à empresa. Uma lacuna no sistema de fomento do Rio Grande do Sul é o fato de que não temos nenhuma forma de financiar diretamente a empresa na pesquisa, uma vez que os recursos da FAPERGS, por lei, não podem ser transferidos a fundo perdido para uma instituição empresarial. Estamos inovando, criando uma linha de fomento através de financiamento, com juros bem mais baixos que os de mercado e com pagamento alongado na forma dos financiamentos

de desenvolvimento, em consonância com uma instituição financeira, o BANRISUL, que recentemente assimilou o BADESUL. Com isso, vamos preencher a lacuna e poder fomentar a pesquisa na própria cooperativa, na própria empresa, num setor produtivo autônomo, sem a necessidade que temos ainda hoje de, obrigatoriamente, estar numa instituição de pesquisa ligada a esse projeto, uma instituição exclusivamente de pesquisa.

Nós vivemos um cenário de grandes desafios. Precisamos rapidamente tomar o nosso setor produtivo com capacidade de competição internacional. Estamos cada vez mais nos preocupando, instituições públicas e privadas, com a questão da qualidade. Vivemos um cenário rico, aberto a transformações, a mudanças, instável, desafiador. Diante de tudo isso, creio que o sistema nacional de pesquisa passa quase que por um colapso, mas já com novas sinalizações positivas. Há coisas novas surgindo. Portanto, ele passa por um momento de reformulação. Acho que o novo Governo libera alguns recursos neste ano. Muitas pessoas de grande vivência no CNPQ e na FINEP dizem-me que o sistema chegou ao final, que é preciso pensar no novo, que acabou o sistema. É claro que o colapso, a crise, tem razões de falta de recursos, mas tem também razões estruturais. Esse é um momento muito rico para nós pensarmos e discutirmos o delineamento de uma reformulação nesse sistema nacional de pesquisa, que cumpriu uma grande função, mas mostrou, ao longo de décadas, algumas distorções. Portanto, é momento de aproveitarmos reflexões na formulação de um novo sistema e de utilizarmos essas reflexões para a reestruturação dos sistemas estaduais que, por serem mais jovens, mais recentes, estão ainda em gestação, ou em organização, e podem assimilar, até mais facilmente, essas novas visões estratégicas de um sistema de pesquisa e fomento da atividade científica e tecnológica.